
NEGÓCIOS EM FAMÍLIA: IMPRENSA, LINGUAGEM E CONCEITOS NA PROVÍNCIA ORIENTAL (1814)

FAMILY BUSINESS: PRESS, LANGUAGE AND CONCEPTS IN ORIENTAL PROVINCE (1814)

Murillo Dias Winter
Mestrando em História - UPF
murillodiaswinter@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho busca investigar os argumentos acerca do projeto de unificação e autonomia do Vice-Reinado do Rio da Prata, encontrados no periódico *El sol de las Provincias Unidas*. Com o foco principal na cidade de Montevideú, considerada opositora a campanha comandada por políticos e líderes, principalmente de Buenos Aires. Buscaremos compreender como eram utilizados e discutidos conceitos muito presentes na imprensa periódica da época como pátria, *pueblo*, nação e soberania.

Palavras Chave: Imprensa Periódica. História dos conceitos. Província Oriental.

Abstract: The following paper seeks to investigate the arguments around the unification project and autonomy of the Viceroyalty of the River Plate, found in the periodic *El sol de las Provincias Unidas*. With the main focus in Montevideo, considered objector to the campaign headed by politicians and leaders, mainly from Buenos Aires. We will seek to comprehend how were resorted and discussed concepts found in the periodical press of that time, such as homeland, *pueblo*, nation and sovereignty.

Key-words: Periodical Press. Conceptual History. Oriental Province.

UMA ÉPOCA DE INDEFINIÇÕES POLÍTICAS

Os anos de 1813 e 1814 são marcos importantes para as potências ibéricas e suas colônias, enquanto na Europa o grande destaque é o fim da Guerra Peninsular (1808-1814) e a volta de Fernando VII ao trono espanhol. Na América Platina, como de costume, continuam os conflitos e indefinições políticas: a Banda Oriental tinha sua capital Montevideú, principal ponto de resistência Realista na América Hispânica, tomada por Buenos Aires. Na região também estava José Gervásio Artigas (1764-1850) que desde o “êxodo do povo oriental” fortalece sua influência e se destaca como o grande líder político e militar oriental. A força do caudilho estava no campo e no interior da Banda Oriental, visto que Artigas tinha como principais adeptos os pequenos proprietários e as camadas mais baixas da população. No

discurso artiguista as questões envolvendo a distribuição de terras e a igualdade jurídica eram fundamentais. (CASAS, MAIZTEGUI, 2004, p.77)

Na outra margem do Rio da Prata, Buenos Aires aumenta ainda mais sua política centralizadora com a criação do Diretório em 22 de janeiro de 1814. O comandante Gervásio Antônio de Posadas (1757-1833) declara Artigas um “*infame, privado de sus empleos, fuera de la ley y enemigo de la patria*” (CASAS, MAIZTEGUI, 2004, p.111) e ainda oferece uma recompensa financeira a quem entregasse o caudilho oriental ao governo portenho. É importante destacar que a oposição buenairense a Artigas é anterior, desde a assinatura do tratado de Rademaker-Herrera¹ que os portenhos não viam mais necessidade de um escudo protetor na área evitando a proximidade com os portugueses. As rivalidades são ainda mais acirradas com a campanha difamatória de Manuel de Sarratea (1774-1849) contra Artigas e a expulsão dos representantes da Banda Oriental na Assembléia Geral de Buenos Aires.

As relações conflituosas entre os principais projetos políticos platinos são comumente desenhadas a partir da oposição entre Centralismo X Federalismo. Contudo, essa distinção não se aproxima da realidade, pois no mesmo período coexistiam variados projetos políticos, mesmo que efêmeros, tanto em Buenos Aires, como na Banda Oriental (CHIARAMONTE, 1989). Outro problema está na simplificação dos usos e interpretações dos dois conceitos, correndo riscos de anacronismos.

A escrita e compreensão do centralismo é simples, ocorrendo geralmente em termos de mesmo significado como unionismo, unificação e unidade. Porém, a interpretação comumente dada ao federalismo na América Platina oferece perigos de interpretação. O termo é geralmente inferido como oposição a idéia de unidade. Nesse sentido, os membros que se opunham a centralização do poder e buscavam uma união de estados com suas soberanias mantidas passaram se denominar federalistas. A Constituição da Filadélfia em 1877 revoluciona o sentido do termo, deixando a idéia de federalismo a um Estado Federal soberano. O que acontecia no Prata está mais semelhante a cidades e províncias independentes e autônomas se aproximando e “Disso se desprende que a maior parte da historiografia latinoamericanista costuma chamar de federalismo não é tal coisa, mas um conjunto de tendências que vão do simples autonomismo à confederação (CHIARAMONTE, 2009, p.124).”

A imprensa periódica é um importante instrumento para visualizar estas disputas de projetos e identidades políticas, como também para a compreensão e observação das

¹ Tratado assinado entre as Províncias Unidas do Rio da Prata e Portugal em 26 de maio de 1812. No acordo Portugal se comprometia a retirar suas tropas da Banda Oriental e selava e o final do cerco a Montevideú.

alterações semânticas destes conceitos. Nesse sentido, em termos teóricos o texto baseia-se principalmente na contribuição de Reinhart Koselleck, para quem os vocábulos e os conceitos possuem uma função ambivalente: ao mesmo tempo em que apontam e traduzem elementos da realidade, também são ferramentas de transformação social, capazes de reconfigurar a mesma realidade que as produziu. (KOSELLECK, 2006, p. 97-119).

UMA MESMA PÁTRIA? O DEBATE NAS PÁGINAS DO EL SOL DE LAS PROVÍNCIAS UNIDAS

A discussão política era o grande objetivo da imprensa – compreendendo panfletos, periódicos, diários e revistas - no período das independências e o imediatamente posterior na América Latina. Para Paula Alonso “decir que esta prensa era política, de opinión o partidaria sería una redundancia. Aunque informara, ésa distaba de ser su meta”. (ALONSO, 2004, p.8) No decorrer do século XIX a imprensa continuou sendo um dos mais importantes instrumentos para se fazer política, muitas expectativas e discussões variadas tinham na imprensa periódica o seu espaço de divulgação. Novamente, Paula Alonso destaca:

la prensa también se convirtió en una de las principales varas con las que se medió el grado de libertad de un gobierno y el nivel de “civilización” de una sociedad, siendo computada, junto con cifras de población, alfabetización, etcétera, en los primeros censos nacionales.(ALONSO, 2004, p.8)

Dada toda a transformação ao longo dos anos, existem poucas semelhanças entre as publicações contemporâneas e os primeiros impressos dos Oitocentos na América. Enquanto os periódicos atuais se dedicam a fornecer informações do mundo todo, inseridos no mercado global e supostamente mantêm os seus editoriais sob o signo da imparcialidade, nos oitocentos se destacavam “aquellos diarios de corta vida, pequeña tirada, de lenguaje violento y apasionado, producidos por quienes hacían política, además, con la pluma”(ALONSO, 2004, p.9). Características que se aliam a proposição de Benedict Anderson ao expor que a imprensa, ao organizar atitudes individuais, oferece aos indivíduos a oportunidade de compartilhar uma mesma experiência mesmo sem conhecimento mútuo. Dessa forma, a imprensa periódica se constitui como instrumento importante para a formação e afirmação de pertencimento político e posteriormente nacional em relação ao contexto de superação do

Antigo Regime, marcado pela instabilidade social e política. A imprensa periódica é uma das principais ferramentas a disposição da população – mesmo que apenas a letrada – ainda não habituada a crítica política e a arregimentação de opiniões que constituíam esse espaço de debate. Em suma, o que se afirma é a importância que imprensa toma na reorganização de sociabilidades e de culturas políticas no início do século XIX. (ANDERSON, 1989, cap. 1, cap. 2)

No formato 1, 177 x 257 mm o primeiro número do *El sol de las Provincias Unidas* foi publicado em 2 de julho de 1814. O periódico também conhecido como *Gazeta de Montevideo* tinha sua impressão feita na tipografia da *imprenta* de Montevideu e seus quatorze números circularam semanalmente, distribuídos aos sábados. O jornal se destaca por ser o primeiro que rompe com as publicações espanholas na cidade, sendo um instrumento de propaganda da causa buenairense na região (PRADEIRO, 1962, p.9-10). Segundo o seu editor - anônimo - o jornal teria duas funções: tratar de política e publicar notícias de interesse do público. Nesse sentido o periódico deve ser compreendido como um manifesto contra o que entendem como a tirania, a escravidão e a ignorância do Antigo Regime. E assim é exaltada a possibilidade de alteração desses elementos a partir da sabedoria e da unidade, esta alcançada com a colaboração de homens privilegiados:

El editor, no obstante, espera que los hombres ilustrados amantes de la union y del bien general, los que conocen y respetan los derechos de sus semejantes le favorecan con sus producciones y noticias cooperando al adelantamiento de aquellos, cuyo infeliz destino los tuvo sumergidos hasta ahora en el caos de la ignorancia. (*El sol de las Provincias Unidas*. Montevideu, n. 1, 2 de julho de 1814)

Uma das primeiras ações do governo do Diretório de Buenos Aires foi a emissão de um decreto em 7 de março de 1814 criando a Província Oriental, área subordinada as Províncias Unidas do Rio da Prata com a intendência localizada em Montevideu. Dessa forma, as proposições confederadas de Artigas e a permanência realista na capital da Banda Oriental são claramente ignoradas pelos portenhos. Como na Europa Fernando VII voltava ao trono espanhol, após a Guerra Peninsular, Buenos Aires envia representantes para a Espanha a fim de negociar com a junta sua nova situação política. As negociações ainda nem tinham se iniciado na Europa, quando Montevideu capitula a Buenos Aires no dia 20 de junho. Agora, o domínio não é feito apenas por atribuições diplomáticas ou decretos políticos, mas também pelas armas.

O *El sol de las Provincias Unidas*, cumprindo o seu objetivo de existência, reservou bastante espaço nas suas primeiras edições ao empreendimento portenho. Nos argumentos do redator é enfatizado o nascimento político de Montevideú a partir da invasão portenha e a igualdade de pertencimento entre todos os habitantes das cidades platinas, inaugurando um período promissor: “Una época augusta abre el período de existencia política de este pueblo. Compatriotas: hacedla ilustre por vuestras virtudes. y esos siglos anteriores de horror, de degradacion, y vejaciones servirán de eterno monumento a la perfidia.” (*El sol de las Provincias Unidas*. Montevideú, n. 1, 2 de julho de 1814). Na segunda edição, extraordinária, do periódico é publicado o “Manifesto de ocupação da praça de Montevideú pelas Províncias Unidas do rio da Prata”. No texto atribuído a Gervásio Antonio de Posadas, governador do diretório de Buenos Aires, mais uma vez é enfatizada a ligação entre Buenos Aires e Montevideú e as necessidades de unificação entre iguais: “que Montevideo viva sin inquietud, para que la confianza restablezca la unión que debe existir entre individuos de una misma familia” (*El sol de las Provincias Unidas*. Montevideú, n. 2, 3 de julho de 1814).

A mais evidente das argumentações é contra o Antigo Regime, tanto nomeado diretamente como um período de ignorância e escravidão, bem como esquecido propositalmente ao afirmar que a Montevideú realista, ligada a Espanha Monárquica não possuía vida política. Em oposição a este período obscuro estão as vantagens e as amplas possibilidades oferecidas pela adesão ao projeto de unificação comandado por Buenos Aires. Mesmo com Buenos Aires dominando a cidade de Montevideú é enfatizada a igualdade entre as duas cidades, da mesma família segundo o governante portenho e, a necessidade de adesão dos locais ao projeto unionista. O periódico também esclarece aos leitores que a missão das tropas portenhas foi salvar a cidade e sua jurisdição da pobreza, sendo as armas uma necessidade e obrigação:

Despues de habermos puesto en la dura condicion de hacar la guerra á nuestros hermanos oprimidos, nadie ignora que en medio de sus lamentables infortunios mas de una vez incitamos á sus Mandatarios á establecer la unión por medio de una paz benéfica, prestandonos generosamente á poner un término honroso á aquella prolixa serie de hambres y aflicciones con quien la Constancia de este pueblo luchava tan envano. (*El sol de las Provincias Unidas*. Montevideú, n. 3, 9 de julho de 1814).

É significativo notar que com a queda da Montevideú realista e com a projeção de Buenos Aires de seu governo unitário ter a mesma espacialidade do Vice-Reinado do Prata,

alguns conceitos vão se transformando e adquirindo significados diferentes do contexto colonial. O conceito de pátria, visto anteriormente no periódico, é um exemplo da relação de temporalidades distintas na transição entre a antiga dominação colonial e os novos projetos para o futuro do Prata. Ao contrário da definição anterior, no Antigo Regime, onde pátria significava comumente o lugar de nascimento, a origem ou como Lucian Febvre define “tem ressonâncias carnis e sentimentais profundas. Ela evoca a terra, os mortos; a terra, esse grande ossuário dos mortos” (FEBRVE, 1998, p.152). Nesse novo contexto, de transição e indefinição, pátria e seu derivado patriotismo passam a significar a condição de bom cidadão, de proximidade aos interesses da cidade e do povo, de um novo corpo político, mesmo que ainda projetado (CHIARAMONTE, 2009, p.84). Dessa forma, o conceito utilizado a favor dos interesses portenhos na adesão dos moradores de Montevideu no seu projeto estava “ajudando a construir uma comunhão de interesses, laços a unirem partes distintas em torno de um mesmo objetivo que já não é mais a monarquia, mais sim um novo Estado, uma nova ordem política genericamente tomada por ‘pátria’” (PIMENTA, 2006. p.139).

Em comunicado nas páginas da edição número 4 do *El Sol de Las Provincias Unidas* é enfatizado o período de progresso e riqueza que Montevideu passou no passado e que nos últimos quatro anos, ou seja, desde o início do conflito entre Buenos Aires e os regentes na Espanha, tem passado pela pobreza e pela anarquia. Em função disso, seus compatriotas buenaienses querem salvar a cidade e retomar a evolução de toda a pátria. A guerra apenas aconteceu porque Montevideu foi impedida de manter relações com Buenos Aires, o texto não cita a iniciativa dos monteviduanos que optaram por se manterem fiéis as Juntas administrativas na Europa:

Montevideo separado de la comunicacion con sus verdaderos amigos por el espiritu de la seducción y del engaño, haciendo guerra à la causa de todas las provincias y a la suya propia, privado de todos sus recursos, aniquilado en su comercio, oprimido por sus gobernantes, afligido por la hambre, despedazado por la anarquía, vuelve en fin à los brazos de sus hermanos. Los males ha sufrido por el espacio de cuatro años son tales que lo han desfigurado. Costaria, trabajo el reconocer que este pueblo es el mismo que en otro tiempo habia formado un lugar de industria, prosperidad, y aun de opulencia . Sin embargo este es el lamentable estado en que lo ha dejado un gobierno opresor e injusto, que sin poderlo proteger no hizo mas que envilecerlo y destrozarlo. (*El sol de las Provincias Unidas*. Montevideu, n. 4, 18 de julho de 1814)

As benesses da ação de Buenos Aires em busca da unidade e da adesão ao seu projeto político são sempre exaltadas nas páginas do *El Sol de Las Provincias Unidas*, geralmente os elogios estão acompanhados de duras críticas ao período de governança dos líderes ligados as Juntas de Administração na Espanha. Assim é estabelecida uma disputa discursiva de termos como civilização *versus* barbárie: “Sufria el castigo que la Ley prefixa en todo el mundo civilizado, las voces de violència, sangre, y barbárie resonaban em los desgraciados parages sugetos à la influencia de nuestros enemigos.” Ou ordem *versus* anarquia e desolação: “A ellos solos toca explicar su anterior situacion con la presente. Un espectador indiferente no podra menos que moverse con el aspecto de la fraternidad, del órden, y de la concórdia restablecidas en el lugar de la desolacion y el espanto” (*El sol de las Provincias Unidas*. Montevidéu, n. 4, 18 de julho de 1814). É interessante observar que posteriormente a região platina é descrita como anárquica, bárbara e violenta em periódicos brasileiros, justificando, dessa forma, intervenções militares² ou servindo como ferramenta de combate ao republicanismo durante as revoltas regenciais³. Exemplo da disputa retórica presente nos periódicos do Oitocentos e da apropriação de termos e conceitos conforme os interesses dos redatores e donos de jornais.

Dando continuidade aos argumentos contrários ao regime monárquico e a forma de administração dos governantes espanhóis na Banda Oriental, em texto de colaboração vindo da Europa, o autor, muito possivelmente Manuel Moreno, destaca os acontecimentos na Península Ibérica e a situação na região após a queda de Napoleão Bonaparte. Em um primeiro momento são feitos inúmeros elogios à astúcia militar e a capacidade de administração do grande líder das tropas francesas, entretanto também é enfatizada a grande vontade de resistência do povo espanhol. Nesse ponto aparece a principal intenção do redator, ao falar de Napoleão e dos conflitos europeus, destacar que em uma luta contra a tirania e a opressão nem o maior dos líderes militares pode vencer o povo:

² João Paulo Garrido Pimenta aponta como os periódicos brasileiros descreveram a região da Banda Oriental durante a intervenção de 1817, defendendo uma ação pacificadora na região, a área para os luso-brasileiros estava coberta pela violência de Artigas e ameaçada pela anarquia republicana de Buenos Aires. Ver: PIMENTA, João Paulo G.. O Brasil e a "experiência cisplatina" (1817-1828). In: István Jancsó. (Org.). *Independência: história e historiografia*. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2005, v. , p. 755-789.

³ Álvaro Antonio Klafke pesquisando a imprensa legalista no período que abrange o início do período regencial (1831) até o final da Revolução Farroupilha (1835-1845) aponta como as Repúblicas Platinas são exemplificadas, demonstrando os perigos republicanos e a onda de barbárie na região segundo os periodistas riograndenses. Ver: KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845)*. Tese de doutorado. UFRGS, Porto Alegre, 2011. Cap.2.

Por este solo indicio casi se puede asegurar una revolucion próxima, quando um Gobeierno haciendo tracion a sus princíprios, se esfureza en obrar contra su misma naturaleza. Amenaza entonces un cambio inmediato de cosas que las fuerzas de los tiranos, aun las de Bonaparte mismo, no pueden evitar. (*El sol de las Provincias Unidas*. Montevidéo, n. 4, 18 de julho de 1814).

O paradoxo entre a luta da Espanha ante a um tirano e a intenção dos mesmos espanhóis em manter o domínio sobre Montevidéo é um argumento forte contra a presença realista na cidade. Assim é questionada a falta de reconhecimento dos esforços das Províncias Unidas do Rio da Prata em efetivar a sua independência, afinal para os peninsulares a sua guerra era de independência enquanto os conflitos na América Platina são apenas movimentos isolados coloniais:

Que! Podian las Naciones de Europa olvidar tan pronto los princíprios que acaban de hacerlas diehosas? Que conexion tiene su libertad nuevamente adquirida con nuestra funesta opresion? No sabían dar valor à los esfuerzos de otros pueblos que están resueltos á no sufrir cadenas por aquel que ellas mismas darán á sus esfuerzos próprios? En vano se nos quiere aterrar con espectros fingidos. El orizonte está despejador la tormenta solo puede venir por uma parte, y esta bien conocida. (*El sol de las Provincias Unidas*. Montevidéo, n. 4, 18 de julho de 1814).

A oposição entre os conflitos na América e a situação na Europa também reflete nos conceitos utilizados como definição de cada tipo de administração e de governo. Enquanto Espanha, França e Inglaterra são citadas como Nações, sempre iniciando a palavra no maiúsculo, nem uma vez as Províncias Unidas do Rio da Prata recebem esse tratamento, são sempre lembradas como *pueblos*, cidade ou o governo. Estas distinções são complexas, o conceito de nação possui uma variedade de significados, dificultando a sua compreensão no período. Entretanto, a principal maneira de buscar proximidade com as intenções do redator ao utilizar esse termo é se distanciando do princípio das nacionalidades, ou seja, negando a identificação nacional e o sentimento de nacionalismo romântico surgindo na segunda metade do século XIX, como alerta José Carlos Chiaramonte:

Esta precaução é um requisito crucial para se compreender a natureza das tendências de união por parte das cidades e, posteriormente, das províncias hispano-americanas depois de iniciado o processo de Independência. Em outras palavras, para os protagonistas da maior parte do período que nos ocupa não existia o que podemos chamar de a questão da nacionalidade e, conseqüentemente, quando se referem à formação da nação o fazem em termos racionalistas e contratualistas, próprios da cultura da Ilustração ou,

melhor ainda, da tradição jusnaturalista, às vezes ilustrada e outras vezes mais antigas, e não em termos de nacionalidade. (CHIARAMONTE, 2009, p.119).

Assim, nação permanece dentro da equação do Antigo Regime, ainda não associada à unidade e soberania, tampouco a uma identificação étnica ou restrita a territorialidade (Hobsbawn, 2008, p.31) e, para os americanos, ainda, não reside na sua forma de governo. Nesse sentido, José Chiaramonte resume o processo de criação da nação na América Platina:

Constituir una nación era organizar un Estado mediante un proceso de negociaciones políticas tendientes a conciliar las conveniencias de cada parte, y en las que cada grupo participante era firmemente consciente de los atributos que lo amparaban según el derecho a no ser obligado a entrar en asociación alguna sin su *consentimiento* - clásica figura ésta, la del consentimiento, sustancial a los conflictos políticos del período – y su derecho a buscar su conveniencia, sin perjuicio de la necesidad de conciliar, en un proceso de negociaciones con concesiones recíprocas, con la conveniencia de las demás partes. (CHIARAMONTE, 2004, p.63).

Os conceitos de cidade e *pueblo* se aproximam mais do processo de independência vivido na América Hispânica, os dois conceitos são semelhantes e muitas vezes são utilizados como sinônimos no periódico e demais textos da época. Ambos são fundamentais para entender o ponto crucial que cabe as municipalidades na transição entre o espaço colonial e a expectativa e projeção de identidades políticas soberanas. Na América, a cidade também tem a função de ser o corpo de ordem jurídica e política, sendo o centro colonial de decisões e durante o período das independências surge como a gênese do estado e da sociedade a se desenvolver. (CHIARAMONTE, 2009, p.81-83).

No novo projeto de governo, unionista e independente, de Buenos Aires, pátria, *pueblo* e cidade fazem parte do corpo político, entretanto a soberania, projetada em uma nação, apenas viria, após a adesão do povo, e com um congresso e uma constituição. Para tanto, a soberania não pertenceria mais ao Rei e estaria no povo, esse é um dos principais argumentos das revoluções na América Hispânica. O redator do *El Sol de Las Provincias Unidas* argumenta o porquê entende pertencer ao povo à primazia do poder:

Los Gobiernos están establecidos para proteger á sus súbditos, de manera que quando la autoridad general cesa de tener para ello el poder ó la capacidad, dexa en realidad de ser gobierno; pierde por cousiguante el derecho de ser respetada por que perdio la facultad de ser benefica. En este

caso se hallaba el Gobierno Peninsular que presido á Montevideo. (*El sol de las Provincias Unidas*. Montevidéo, n. 5, 24 de julho de 1814.)

Em relação à constituição e o congresso, o exemplo das Juntas de Cádiz é constante nas páginas do periódico. A invasão francesa e o levante popular em defesa do território espanhol foram vistos como uma decisiva oportunidade de modificação política e social na Península Ibérica. Todavia, o retorno do poder as mãos de Fernando VI e a inconsistência da Carta Constitucional juntista frustram as expectativas buenaienses de mudanças profundas na política européia:

Quando se tratava de esta obra [constituição] en medio de los sustos de Cádiz, algunos imparciales gritaron á las Côrtes que se precipitaban en poner antes de tiempo unos documentos que no tenian solidez alguna . Les decian que si querían hacer bién á su misma Nacion, immortalizando sus nombres, se contrajesen prinmeramente a la defesa del Estado. La mejora de la educacion pública, á reformar la corrupcion de las costumbres, al estableciendo instituciones que formasen el caracter Nacional, al arreglo de rentas, á promover la industria, á facilitar los canales de la riqueza pública, y componer los caminos. (*El sol de las Provincias Unidas*. Montevidéo, n. 6, 01 de agosto de 1814).

Embora a constituição isoladamente não represente alterações na sociedade - pois estas viriam com incentivos na educação, melhora das instituições políticas, etc., como citado anteriormente - ela representaria o símbolo do progresso e da possibilidade de mudança. O Estado, para o redator do *El Sol de las Provincias Unidas*, não existe apenas com a convocação de um congresso e a criação de uma constituição, mas este é um passo importante rumo à consolidação de uma nação que busca o reconhecimento internacional. O modelo a ser seguido está numa nação antiga e forte, a Inglaterra. Afinal “La magna Carta, une es la gloria de la Nacion Inglesa y el fundamento de su libertad, ocupa apenas un pliego de papel; pero estos principios desembuelto praticamente á par del andar de los siglos son el cimento de la prosperidad.” (*El sol de las Provincias Unidas*. Montevidéo, n. 6, 01 de agosto de 1814).

O debate em torno da questão constitucional aparece nas páginas do *El Sol de Las Provincias Unidas* em 1814, porém as primeiras ações para a criação da Constituição das Províncias Unidas do Rio da Prata ocorrem apenas em 1819. Nesta carta constitucional com forte tendência unitária não era estabelecida claramente uma forma de governo, embora fosse possível uma adequação ao regime monárquico constitucional. Outras características eram a divisão tripartite do poder entre legislativo, executivo e judiciário, como também a criação das câmaras de senadores e deputados. O projeto foi rejeitado pelos caudilhos das províncias do

litoral – ligadas a José Gervásio Artigas – iniciando, a partir desse momento, uma política de maior autonomia e sem poder central. O período consagrado na historiografia como “la anarquía del año 20” acirra as disputas entre projetos políticos antagônicos, que na década de 1830 são polarizados na liga do interior e no pacto federalista.

Por fim, é importante destacar que os conceitos aqui analisados fazem parte do léxico discursivo encontrado em um período de transição, de ruptura e continuidade de elementos do Antigo Regime. No caso da região oriental, este espaço envolto de conflitos, pretendido pelos portugueses, a terra defendida por Artigas e essencial no projeto de governo de Buenos Aires demonstra as disputas desse contexto em que se buscam definir territorialidades e soberanias. Assim, a Banda Oriental, tem função especial para definição de um processo “no qual a guerra as recíprocas ideias de ameaça atuavam poderosamente.” (PIMENTA, 2006, p.153).

CONCEITOS EM TRANSFORMAÇÃO

Com os eventos de Baiona, a conseqüente abdicação de Fernando VII e o domínio francês do território espanhol é inaugurado um período de crise política, com graves conseqüências nas colônias ultramarinas das nações da Península Ibérica. Na América Platina, sob liderança de Buenos Aires, as elites locais, fortalecidas desde os conflitos nas tentativas de invasão inglesa de 1806 e 1807, rejeitam o poder das juntas de governo fiéis ao monarca espanhol preso e reclamam a volta da soberania às mãos do povo. Apesar de em um primeiro momento a cidade de Montevideu aderir aos projetos buenairenses, logo em seguida é declarado reconhecimento e apoio ao governo provisório na Espanha e a cidade se torna o principal bastião da defesa Realista na América Hispânica.

Com a intervenção armada de Buenos Aires na Província Oriental e a dominação de Montevideu em 1814, é criado o periódico *El Sol de las Provincias Unidas*. Sendo uma ferramenta de legitimação e propagação do projeto unionista portenho na outra margem do rio da Prata. Nas páginas do jornal é observada uma importante disputa terminológica e conceitual, demonstrando as indefinições e dúvidas do período. Não se encontra efetivamente um Estado Rio-platense, equivalente ao antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, o que se visualiza são governos transitórios, sem definições territoriais, soberanias fortalecidas ou organizações constitucionais. Em suma, o que se vive é “una situación, por lo tanto, de provisionalidad permanente, que une débilmente a los pueblos soberanos, y no siempre a todo ellos.” (CHIARAMONTE, 2004, p.63).

Os conceitos analisados na publicação são um reflexo do período conturbado e uma importante ferramenta de compreensão do que era discutido nesse contexto, como se davam os debates políticos da época e como se projetavam novas formas identidades de políticas e de governo. Nesse ponto, muitas vezes é vaga a definição isolada ou a associação de conceitos como pátria, *pueblo* e nação, demonstrando, justamente, a complicada denominação política dos conjuntos platinos em processo de independência ou recém livres dos domínios coloniais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Paula (compiladora). *Construcciones impresas: panfletos, diarios y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*, São Paulo: Ática, 1989.

CASAS, Lincoln, R, Maiztegui. *Orientales – Uma história política del Uruguay (de los Orígenes a 1865)*. Buenos Aires: Planeta, 2004.

CHIARAMONTE, José Carlos. Formas de identidad en el Rio de la Plata luego de 1810. In: Boletín del instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. E. Ravignani”. Tercera serie, num.1, 1º semestre de 1989.

_____. *Cidades, Províncias, Estados – Origens da nação Argentina (1800-1846)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

CHIARAMONTE, José Carlos. La formación de los Estados nacionales en Iberoamérica. In: *Nación y Estado en Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HOBSBAWN, Eric J.. *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. 5ª edição. Rio de Janeiro, Paz e terra, 2008.

JASMIN, Marcelo Gantus & FERES Jr., João (org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

_____. *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2007.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. Pimenta. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845)*. Tese de doutorado. UFRGS, Porto Alegre, 2011.

PIMENTA, João Paulo G.. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. O Brasil e a "experiência cisplatina" (1817-1828). In: István Jancsó. (Org.). *Independência: história e historiografia*. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2005,

PRADEIRO, Antonio. *Índice cronológico de la prensa periódica del Uruguay 1807-1852*. Montevidéo: Universidad de la República/Facultad de Humanidades y ciencias, 1962.

FONTES DOCUMENTAIS

Periódico *El sol de las Provincias Unidas*, 1814 (Biblioteca Pablo Blanco Acevedo do Museu Histórico Nacional, Montevidéo).

ARTIGO ENVIADO EM: 19/01/2013
ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 29/05/2013